

## Silêncios que Ecoam: Narrativas Grupais de Adolescentes Usuárias de um CAPSi a Respeito de Aspectos Relacionais do Gênero Feminino

Ana Gabriela Duarte Mauch<sup>1</sup>, Gustavo Murici Nepomuceno<sup>2</sup> e Silvia Renata Lordello<sup>3</sup>

*Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil*

**Resumo:** Os grupos nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) promovem espaços dialógicos que favorecem trocas e ressignificações de experiências subjetivas e coletivas de seus usuários. Na adolescência, o processo de construção de identidade envolve o exercício da diferenciação que integra dimensões culturais, políticas, familiares, relacionais e sociais. Esta pesquisa, realizada em um CAPSi com usuárias adolescentes entre 14 e 17 anos, buscou analisar as narrativas sobre temáticas de gênero, ao longo de intervenção psicossocial com 10 encontros. Como resultados da análise de conteúdo foram encontradas três categorias: “Conflitos Geracionais”; “Corpo Público” e “Silêncios que Ecoam”. Estes achados demonstraram que as adolescentes apresentam dificuldades em exercitar a diferenciação, além de constatar que as opressões relacionadas ao gênero feminino ainda ocorrem em diversos espaços e sistemas.

**Palavras-chave:** saúde mental, gênero feminino, narrativas de gênero, adolescência

## Silences that Echo: Group Narratives of Adolescent Users of a CAPSi About Relational Aspects of the Female Gender

**Abstract:** The groups in the Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) promote dialogic spaces that favor exchanges and resignifications of the subjective and collective experiences of their users. In adolescence, the process of identity construction involves the exercise of differentiation that integrates cultural, political, family, relational and social dimensions. This research, carried out in a CAPSi with adolescent users between 14 and 17 years old, sought to analyze the narratives on gender themes, during a psychosocial intervention with 10 meetings. As a result from the Content Analysis were found three categories: “Generational Conflicts”; “Public Body” and “Silences that Echo”. The findings found showed that adolescents have difficulties in exercising differentiation, in addition to verifying that oppression related to the female gender still occurs in different spaces and systems.

**Keywords:** mental health, feminine gender, narratives of gender, adolescence

---

<sup>1</sup> Psicóloga. Especialista em Saúde Mental Infantojuvenil e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura na Universidade de Brasília. *E-mail:* anagabimauch@gmail.com

<sup>2</sup> Preceptor do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental Infantojuvenil da Escola Superior de Ciências da Saúde. *E-mail:* gustavonepo@gmail.com

<sup>3</sup> Professora Doutora na Universidade de Brasília no programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura. *E-mail:* srmlordello@gmail.com

## Introdução

Este artigo foi originado a partir de uma pesquisa qualitativa conduzida por meio de um grupo focal em um Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi), importante dispositivo da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). O público-alvo da intervenção eram adolescentes que se identificavam com o gênero feminino que frequentavam o serviço, que atende demandas de saúde mental de crianças e adolescentes. O objetivo geral desta pesquisa foi analisar por meio das narrativas das adolescentes participantes o impacto das questões relacionadas ao gênero feminino na saúde mental.

Como aporte teórico para os encontros do grupo, foram utilizados recursos das abordagens pós-modernas do Construcionismo Social, como a Terapia Narrativa e as Práticas Colaborativas e Dialógicas. Apesar destes recursos estarem, muitas vezes, ligados à prática psicológica, esta pesquisa propõe o uso destes recursos em um contexto psicossocial, no qual não deve haver um recorte restrito de núcleos profissionais, mas sim um funcionamento na lógica interprofissional e transdisciplinar. Neste sentido, estes recursos podem instrumentalizar profissionais de todas as formações da área da saúde para o trabalho articulado em saúde mental.

Utilizou-se a Análise de Conteúdo na Modalidade Temática (Minayo, 2007) para definir as categorias a partir da transcrição de todos os encontros do grupo e fazer a interpretação dos resultados. Foram definidos três núcleos de saber: Conflitos Geracionais, Silêncios que Ecoam e Corpo Público. Estes achados sugerem que as relações de gênero permeiam diversos sistemas nos quais as adolescentes estão inseridas, assim como promovem impactos na saúde mental das participantes da pesquisa.

### **Práticas Psicossociais e Abordagens Pós-Modernas: Diálogo Possível?**

A Reforma Psiquiátrica é um movimento que teve início na Itália a partir das críticas ao tratamento dispensado aos considerados “loucos”, que eram institucionalizados em manicômios e submetidos a diversas violações aos direitos humanos. No Brasil,

o Sistema Único de Saúde (SUS) foi garantido na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), o que representava um Sistema de Saúde público, humanizado e universal no país. As mobilizações suscitadas pelo movimento da Reforma Psiquiátrica se fizeram presentes no SUS e propiciaram a criação de diversas políticas públicas no âmbito da saúde mental no Brasil (Amarante & Nunes, 2018).

A Política Nacional de Saúde Mental é amparada legalmente pela Lei nº 10.216/2001, a qual determinou a criação de serviços de saúde mental substitutivos à institucionalização. Um importante serviço instituído é o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) que visa o acolhimento, cuidado integral, integração territorial e na comunidade, ações emancipatórias e atendimentos psicossociais com equipe interprofissional para pessoas que estejam em sofrimento psíquico e suas famílias.

Há diferentes tipos de CAPS, com públicos-alvo diferentes, que atendem pessoas em sofrimento psíquico grave e persistente, inclusive causado pelo uso de substâncias psicoativas. São divididos conforme o número de habitantes da região e da especificidade da demanda. Em relação ao número de habitantes, quanto maior o número, maior a população atendida; a divisão dos tipos de CAPS por habitante é a seguinte: CAPS I, CAPS II, CAPS III e CAPS IV. Relativamente à especificidade da demanda, tem-se os CAPS transtorno, que são gerais, isto é, para todas as demandas; o CAPS AD, apenas para demandas relacionadas ao uso abusivo de álcool e/ou outras drogas; e o CAPSi, cuja demanda atendida é a de crianças e adolescentes. Um importante aspecto desses serviços é o fato de serem territorializados e “porta aberta”, ou seja, qualquer um pode ser acolhido em um destes serviços em sua área de abrangência territorial (Carvalho & Melo, 2019).

O uso de fundamentos das abordagens pós-modernas em CAPS pode ser um recurso, já que há um enfoque maior nas relações e construções das narrativas do que no problema em si. As abordagens pós-modernas têm como alicerce o construcionismo social, que enfatiza os aspectos sociais, históricos, culturais e relacionais dos sistemas nos quais a pessoa está inserida, além de valorizar uma postura que seja crítica e reflexiva, unindo ação e conhecimento (Rasera

& Japur, 2004). Entre estas abordagens pós-modernas, serão utilizados construtos das práticas colaborativas e dialógicas e da terapia narrativa.

Nas práticas colaborativas e dialógicas há o convite ao diálogo. Neste entendimento, profissionais e usuários são considerados parceiros conversacionais. O diálogo cooperativo exige interesse genuíno e ocorre de forma mútua, espontânea e pautada no respeito. Pode-se considerar, então, que a linguagem é instrumento de construção, já que os parceiros criam histórias e narrativas autorais, contribuindo para o surgimento de um senso de pertencimento (Anderson, 2016).

Ainda no âmbito das práticas colaborativas e dialógicas, um fundamento interessante é a postura do não saber que, aplicado ao Sistema Único de Saúde (SUS), considera o usuário do serviço o especialista nos conteúdos de sua história, enquanto o profissional de saúde atua como especialista no processo, articulando esta postura com o seu preparo e conhecimento (Anderson, 2017). No âmbito do CAPS, cujos processos são de orientação psicossocial, as questões territoriais, culturais, familiares, religiosas e sociais devem ser compreendidas a partir das vivências do usuário nestes sistemas (Shimoguri & Serralvo, 2017; McNamee, 2018).

Um conceito da Terapia Narrativa, de base construcionista social muito útil em âmbitos psicossociais, é a externalização. A externalização visa separar a pessoa do problema. Muitas vezes, em sua narrativa, o problema e a pessoa se fundem. Através das mudanças das narrativas, que passam a considerar aspectos multifatoriais e sistêmicos das demandas, há a apropriação de outros adjetivos e histórias, propiciando a reconstrução e ressignificação das narrativas, até então, dominantes (Morgan, 2007).

As conversas de reautoria abrem a possibilidade de reconstruir as narrativas dominantes, porque permitem explorar outras vivências. Ao narrar sua história, o usuário consegue reorganizar os fatos, ressignificar vivências e, ao percorrer novamente os cenários pelos quais passou, ter as possibilidades de os redescobrir (Lion, 2017).

As abordagens pós-modernas enfatizam o conceito de agência, ou seja, aplicado ao âmbito do

CAPS, os próprios usuários dos serviços de saúde protagonizam sua ressignificação. Especificamente na adolescência, muitas vivências podem ser revisitadas, permitindo outras narrativas sobre si mesmo.

## **Será que os Adolescentes são Todos Iguais?**

Por muito tempo, a adolescência foi compreendida como fase de transição, momento permeado por rebeldia, conflitos, impulsividade e paixões. Contemporaneamente, teorias desenvolvimentais consideram a adolescência como um processo fluido e criticam o reducionismo com que, por vezes, produz estereótipos ligados a sintomas universais. Afloram-se, então, os processos de subjetividade, aqui compreendida como fruto da reorganização interna e externa nas relações interpessoais e culturais (Rodrigues & Damásio, 2014).

Uma tarefa desenvolvimental da adolescência é a construção da identidade. Nesse campo, o processo de diferenciação é um desafio. Um exemplo de expressão da diferenciação é a chamada oposição. É comum, apesar de equivocada, a associação da oposição com a rebeldia. Essa crença é geradora de diversos atritos, já que se passa a reprimir os processos de busca de identidade dos adolescentes, catalogando-os em crenças deterministas. Os adolescentes se engajam na defesa de seus pontos de vista, muitas vezes não compreendidos pelos pais, que podem associar essa atitude à desobediência ou à insubordinação (Lordello & Mauch, 2020).

Considerando o exposto, a adolescência pode ser compreendida como processo de desenvolvimento plural, dinâmico e relacional; portanto, cada adolescente deve ser reconhecido como ser humano único, tendo necessidades distintas de vida e subjetividades diversas (Gonzaga & Guanaes-Lorenzi, 2019). Neste sentido, é fundamental que os profissionais promotores da saúde assumam uma postura colaborativa, que é caracterizada por um interesse genuíno sobre as apropriações feitas pelos adolescentes, de forma que sejam refutados posicionamentos julgadores e adotada uma postura dialógica de mutualidade e respeito (Anderson, 2017).

## **Relações de Gênero: Como são Compreendidas Atualmente?**

O conceito de gênero surgiu a partir das discussões e questionamentos sobre a invisibilização das mulheres nos mais diversos âmbitos. Inicialmente, houve debates e problematizações mais abrangentes sobre as questões políticas, históricas e culturais. O movimento feminista, desde seu surgimento, teve importante influência nessas discussões, lançando um olhar sobre as desigualdades construídas sócio-historicamente nas relações de gênero (Louro, 1997).

Neste artigo, as análises serão feitas à luz da Teoria da Performatividade (Butler, 2003), que compreende gênero como construção social, de forma a separá-lo do conceito de sexo biológico e, por consequência, de binarismos. O conceito de gênero é tratado como identidade, portanto, tem suas raízes na cultura e na construção de subjetividades (Tílio, 2014).

Na contemporaneidade, os movimentos feministas abrem espaço para a criticidade, evidenciando as relações entre os gêneros e suas repercussões nas desigualdades e alteridades vivenciadas. Valorizando o discurso em uma esfera dialógica, esses movimentos passam a compreendê-lo como construtor de subjetividades. Abre-se espaço para a construção de novas subjetivações e a ressignificação de outras existentes (Narvaz & Koller, 2006). Cabe ressaltar que esses movimentos são plurais e buscam suplantam relações de dominação que levam a opressões dos mais diversos tipos, inclusive no contexto da família (Narvaz & Koller, 2004).

Considerando esta concepção epistemológica adotada pelos movimentos feministas atualmente, é impossível desconsiderar a intersecção entre eles e as relações raciais, de gênero e de classe. Lança-se, então, um olhar que ultrapassa a noção de desigualdade e opressão apenas pelo gênero e passa a considerar outros fatores como intensificadores dessas opressões. Estas discussões dão profundidade à luta histórico-política do feminismo ao considerar as diversas facetas do ser mulher, retirando uma homogeneização predominante anteriormente neste movimento (Mayorga et al., 2013; Lima, 2018).

O tema gênero está em apropriação por parte de muitos adolescentes que passam a

conhecer, estudar e dominar este assunto de forma aprofundada. O uso da internet é comumente feito para o compartilhamento dessas informações, sendo palco para discussão e exercício da criticidade e reflexões, abrangendo as pluralidades subjetivas e culturais que abarcam identidades de gênero diversas (Giacometti-Rocha & Mill, 2018).

## **Abordagem Psicossocial nas Questões Relacionadas ao Gênero Feminino**

Em um estudo desenvolvido por Queiroz & Prado (2018), percebeu-se que grupos com participantes do gênero feminino em um CAPS levantaram diversas narrativas que refletiam sofrimento psíquico com o tema gênero. A intencionalidade dos grupos psicossociais não é apenas transmitir conteúdos, já que não se pretende assumir postura verticalizada, mas sim favorecer o surgimento ou elaboração de diferentes subjetividades.

Zanello, Fiuza e Costa (2015) desenvolveram um estudo em um CAPS identificando que, por vezes, estereótipos de gênero afetam negativamente as relações entre diversos indivíduos e sistemas, já que, em um recorte de gênero feminino, muitas vezes esses estereótipos corroboram com a invisibilização e com o silenciamento das mulheres perante situações desiguais ou de violências. Serviços de Saúde Mental têm como dever favorecer a expressão destas questões relacionadas ao sofrimento de gênero, já que, ao desconsiderá-las, instigam desigualdade e alteridade, reforçados em tantos outros espaços e contextos.

Campos (2015) traça um panorama histórico e social acerca das relações de gênero e saúde mental, enfatizando que o gênero feminino sempre foi patologizado. Percebe-se que são poucas as intervenções direcionadas para as especificidades do ser mulher, considerando todos os sistemas que ele abarca.

Pensando em uma lógica reformista de serviços substitutivos, como os CAPS, percebe-se a relevância de que existam intervenções direcionadas ao público feminino, que já foi invisibilizado historicamente por milhares de anos. A interseccionalidade entre as questões de gênero feminino e a saúde mental infantojuvenil é bastante

relevante, já que é pouco explorada, mesmo em serviços substitutivos.

Não foram encontradas pesquisas empíricas sobre o recorte relacional do gênero feminino e suas vivências no público adolescente em Centros de Atenção Psicossociais Infantojuvenis (CAPSi), serviço que atende crianças e adolescentes até 18 anos. Este artigo originou-se a partir de uma pesquisa com um grupo terapêutico<sup>4</sup> de mulheres adolescentes, dando enfoque nas questões de gênero feminino em um CAPSi no Distrito Federal. O objetivo geral foi analisar por meio das narrativas das adolescentes participantes o impacto das questões relacionadas ao gênero feminino na saúde mental.

O aporte teórico das intervenções realizadas neste estudo é o construcionismo social como metateoria para práticas colaborativas dialógicas e terapia narrativa. Essa abordagem está aplicada em um âmbito psicossocial. Desta forma, elementos que estão no núcleo de saberes da psicologia — desde que não sejam restritos à prática psicológica — serão levados a um campo de saberes e práticas da saúde mental. Esse campo é composto por outros diversos núcleos de saberes e práticas, proporcionando uma clínica ampliada psicossocial interprofissional (Campos, 2000).

## Método

Este estudo trata-se de pesquisa qualitativa transversal e exploratória, conduzida a partir de grupos de intervenção com adolescentes usuárias de um serviço de saúde mental. Por se tratar de uma pesquisa com seres humanos, este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com o parecer número 4.788.610. A amostra foi por conveniência e todas as participantes firmaram voluntariamente o Termo de Assentimento, assim como os responsáveis pelas adolescentes firmaram voluntariamente o Termo de Consentimento e Termo de Uso de Imagem e Som.

---

<sup>4</sup> A denominação grupo terapêutico refere-se aos grupos psicossociais interprofissionais que ocorrem no âmbito do CAPSi em tela, desvinculados do conceito de atendimentos psicológicos, já que se compreende que recursos terapêuticos são diversos, não se restringindo à prática especializada de um núcleo profissional.

Os Termos de Assentimento e Consentimento foram lidos e explicados às adolescentes e suas famílias, ressaltando os excertos dos documentos que destacavam que o sigilo seria mantido e que a participação no estudo era voluntária, podendo haver desistência a qualquer momento, sem que houvesse nenhum tipo de prejuízo. Foram evidenciados, ainda, os possíveis riscos do estudo, descritos na sessão de procedimentos, elencando as estratégias adotadas para reduzi-los.

O Termo de Uso de Imagem e Som foi firmado pelos responsáveis pelas adolescentes participantes. Nesse termo, a pesquisadora se comprometeu a manter os arquivos de mídia resguardados e nunca os expor em nenhum tipo de contexto, com exceção de eventos acadêmicos, desde que mantido o sigilo e anonimato das participantes.

## Participantes

Para esta pesquisa foram selecionadas adolescentes em um CAPSi do Distrito Federal. As participantes da pesquisa se identificaram com o gênero feminino cuja faixa etária era entre 14 e 17 anos. A pesquisa contou com amostra de sete participantes, limite máximo para o espaço físico visando as orientações relativas à prevenção da Covid-19.

## Instrumentos

Utilizou-se, na pesquisa, um dispositivo móvel com gravador de áudio e um dispositivo móvel para filmagem. Ambos foram colocados em pontos distintos dos locais em que ocorreram o grupo, objetivando a gravação das narrativas e diálogos apresentados. O uso da filmagem deu-se visando maior confiabilidade à pesquisa no momento da transcrição dos dados, já que a filmagem permite identificar com precisão a fala de cada adolescente.

## Procedimentos

A amostra foi feita por conveniência, considerando os critérios de inclusão e exclusão da pesquisa. Para participar do grupo terapêutico, foram selecionadas adolescentes usuárias do

serviço que se identificaram com o gênero feminino cuja faixa etária era de 14 a 17 anos de idade e que firmaram o Termo de Assentimento. Apenas participaram do grupo terapêutico aquelas cujos responsáveis firmaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido permitindo a participação. O grupo foi inserido no Projeto Terapêutico Singular (PTS)<sup>5</sup> das participantes. As participantes puderam desistir a qualquer momento da pesquisa, sem que isso acarretasse nenhum prejuízo, inclusive tendo resguardada a manutenção do atendimento no serviço.

A pesquisa consistiu no desenvolvimento de um grupo de adolescentes que se identificam com o gênero feminino. O grupo foi constituído em uma abordagem interprofissional, resguardando a lógica psicossocial do CAPSi. O grupo foi mediado por três profissionais com formações em diferentes especialidades: psicologia, enfermagem e terapia ocupacional. Houve a preocupação de que as mediadoras fossem sempre as mesmas, visando o fornecimento de um espaço em que as adolescentes se sentissem à vontade e seguras.

A cada encontro foram propostos temas para a discussão em grupo, assim como houve a elaboração de algumas atividades lúdicas e de externalização. Devido ao risco do momento pandêmico, previamente ao início de cada um dos encontros do grupo houve a aferição da temperatura das participantes pela equipe do CAPSi, assim como foi obrigatório o uso de máscaras de proteção; além disso, foi mantido o distanciamento mínimo de 1,5m entre as participantes e fornecido álcool em gel nos encontros.

O grupo foi desenvolvido em dez encontros com periodicidade semanal, durando cerca de uma hora e meia. No último encontro foi feita uma avaliação do grupo e, posteriormente, uma confraternização idealizada pelas próprias adolescentes, que se engajaram muito no planejamento, organização, decoração e figurino — já que era uma festa à fantasia. Esse encontro durou por volta de três

horas. As mediadoras participaram integralmente do último encontro, que contou, em alguns momentos, com a participação de parte da equipe do CAPSi. Os protocolos vigentes de prevenção à Covid-19 foram seguidos em todos os encontros, inclusive na confraternização final.

Foram preestabelecidos alguns temas para abordagem durante os encontros (Quadro 1) pela pesquisadora, contudo, todas as demandas sugeridas pelas adolescentes no momento do grupo foram acolhidas. Estes temas abordavam a vivência das adolescentes a partir de relações de gênero.

#### Quadro 1

##### *Programação dos encontros do grupo*

Encontro	Assuntos
1º Encontro	Boas-vindas. Regras e acordos coletivos. Início das apresentações individuais: história de vida das adolescentes.
2º Encontro	Finalização das apresentações individuais: história de vida das adolescentes. Vinculação entre as participantes.
3º Encontro	Abordagem do tema “Empatia” a partir de produtos culturais, notícias, séries ou <i>reality shows</i> que estejam impactando as adolescentes.
4º Encontro	Exibição de filme escolhido pelas adolescentes com momento de confraternização.
5º Encontro	Término da exibição do filme. Discussão coletiva sobre o filme.
6º Encontro	Diálogo acerca dos sofrimentos relacionados ao gênero que as adolescentes já viveram e passaram a identificar.
7º Encontro	Discussão da interseccionalidade: gênero e raça.
8º Encontro	Discussão da interseccionalidade: gênero e sexualidade. Discussão acerca das relações afetivas. Abordagem do tema “relacionamento abusivo” e violências. Atividade para o próximo encontro: pesquisar mulheres que você admira e contar a história delas (pode ser por meio de produção artística, a critério das próprias adolescentes).
9º Encontro	Apresentação da atividade proposta no encontro anterior. Discussão entre participantes acerca da atividade proposta.
10º Encontro	Momento de trocas acerca do grupo. Avaliação do grupo por todas as participantes. Fechamento do grupo e agradecimentos finais. Confraternização e festa à fantasia.

<sup>5</sup> O Projeto Terapêutico Singular é uma estratégia de cuidado utilizada no SUS como forma de fazer um planejamento para cada usuário em sua integralidade, incluindo família, território, comunidade no processo de cuidado.

Os encontros grupais foram filmados e transcritos. Os conteúdos foram analisados sob a ótica da Análise de Conteúdo na Modalidade Temática (Minayo, 2007), que propõe três etapas para a análise dos dados qualitativos. Na primeira etapa, denominada pré-análise, houve a leitura flutuante de forma intensificada, até alcançar a leitura exaustiva do material. Na codificação do material, segunda etapa, foram organizadas categorias significativas a partir das narrativas transcritas. Por fim, na última etapa, foram elaboradas as interpretações das categorizações definidas, a serem exploradas na próxima seção deste artigo (Cavalcante et al., 2014).

## Resultados e Discussão

As adolescentes participantes foram identificadas por nomes de flores, visando a manutenção do sigilo. As participantes foram: Margarida, 17 anos; Rosa, 14 anos; Peônia, 14 anos; Orquídea, 16 anos; Lavanda, 17 anos; Girassol, 14 anos e Tulipa, 17 anos. Margarida, Rosa, Peônia, Orquídea e Lavanda foram frequentes no grupo, tendo comparecido a, pelo menos, seis encontros. Girassol e Tulipa compareceram, respectivamente, a um e dois encontros. Os trechos de narrativas elencados nos resultados foram escolhidos para nomear as três categorias que emergiram das análises, a saber: Conflitos Geracionais, Silêncios que Ecoam e Corpo Público.

Importante enfatizar que o intuito desta pesquisa e, conseqüentemente, do grupo, não é o de patologizar ou revitimizar as adolescentes (Lordello & Costa, 2013); portanto, suas demandas e sofrimentos foram citados apenas quando forem relevantes para a discussão e desde que tenham sido explanados por elas mesmas no momento do grupo. Ressalta-se que muitas delas vivenciaram situações de violências de diversas naturezas; algumas falam sobre essas situações, outras não. Nesse contexto, foi fundamental a postura dialógica, de compreensão e acolhida das mediadoras, sem que houvesse qualquer pressão para a sua exposição. Foram oferecidos cuidados individuais imediatamente após o grupo caso as participantes desejassem.

## Conflitos Geracionais

Esta categoria teve origem nas narrativas das adolescentes sobre as diferenças nas crenças, atitudes e comportamentos entre elas e seus familiares mais velhos. As participantes expuseram, em diferentes contextos e encontros, que não se sentem compreendidas em suas demandas individuais e percebem a dificuldade dos mais velhos em compreender a adolescência. Como exemplo, destacam-se as falas de Margarida e de Rosa:

A gente tá numa fase que a gente tá crescendo, tá amadurecendo, tá se conhecendo, e vem opinião de todo lado sempre. Qualquer coisa que você fala, você vai ser julgada. Você não é uma criança, para passarem a mão na sua cabeça, mas você também não é adulta para falar que aquilo te incomoda e ser levada a sério... eles só vão olhar como drama, como “você tem que mudar, que a vida é assim” e eles vão falar que a vida é difícil, a vida é dura, e que só tá começando seus problemas. (Margarida, comunicação pessoal, 21 outubro, 2021)

Eu não ando dormindo nada, acordo todo dia cedo porque eu tenho aula *on-line*, eu não posso faltar porque se minha mãe perceber que eu faltei ela começa a falar coisa, que eu sou irresponsável, que eu não sei fazer nada... Eu fico o dia todinho no quarto tentando pensar e arrumar coisa pra mudar, mas... pode-se dizer que eu voltei para o fundo do poço... Minha irmã fala que quando eu fico no quarto trancada é por drama, sendo que quando eu faço uma coisa assim é pra pedir ajuda. (Rosa, comunicação pessoal, 26 agosto, 2021)

Percebe-se, pelas narrativas, as experimentações que as adolescentes estão protagonizando e a dificuldade de compreender o processo de diferenciação pelos mais velhos. É possível notar que, por vezes, a adolescência é compreendida como uma fase de transição ou crise, compreensão que pode proporcionar a invalidação dos sofrimentos dos adolescentes. As narrativas corroboram com

a concepção apontada por Rodrigues & Damásio (2014), em que os processos de subjetivação externos e internos de elaboração do eu se organizam em relações conflituosas e, muitas vezes, cerceadoras, dificultando o exercício da diferenciação.

Esses resultados dialogam, ainda, com a perspectiva de Macedo & Carvalho (2019) que defendem que a compreensão da adolescência como um período de desenvolvimento humano, com suas peculiaridades biopsicossociais, pode facilitar o diálogo e o convívio entre os adultos e as adolescentes. Senna & Dessen (2015) enfatizam que, inclusive, muitos adolescentes brasileiros consideram a família como central para a promoção da saúde; quando a relação familiar é conflituosa, os adolescentes tendem a se sentirem mais infelizes.

É interessante notar nas narrativas das adolescentes nos grupos que, muitas vezes, elas têm dificuldade na compreensão de alguns conceitos, como termos sobre orientação sexual ou de gênero. Nesses casos, elas explicam umas às outras e não assumem postura de julgamento. Esse resultado vai ao encontro da pesquisa feita por Sousa (2020) com um grupo de adolescentes que ocorre em um ambulatório de saúde mental do DF. Entre os resultados, a autora ressalta a potencialidade do grupo como dispositivo que facilita processos de identificação e construções coletivas de sentido.

No começo eu não entendia porque usar pronome neutro, achava besteira. Mas depois foram me explicar e eu procurei entender mais sobre o assunto. É uma forma de rompimento com o machismo, quando, por exemplo, se usa o masculino em um ambiente que tem várias mulheres e apenas um homem. Mas vai explicar isso pra minha avó... Então eu acho que as outras gerações vão conseguir, aos poucos, ir se adaptando e parando para pensar. Temos que ter paciência para dialogar. (Margarida, comunicação pessoal, 14 outubro, 2021)

## **Silêncios que Ecoam**

Algumas narrativas foram compartilhadas por grande parte das adolescentes, como, por exemplo,

a vivência de violência intrafamiliar, originando esta categoria. Nesse contexto, percebe-se um sofrimento relacionado à angústia de não se sentirem capazes de romper com o ciclo da violência. Estas narrativas tinham em comum o fato de que as violências eram contra mulheres e os ofensores eram do gênero masculino, como narram Tulipa e Orquídea:

Eu me senti sem utilidade nenhuma, porque eu gritava e ninguém me escutava, eu tentava separar e não tinha força... eu acho que, pensando como eu falei para vocês “ah, eu odeio homem”, não é por nada, toda a minha vida, todo homem que entrou na minha vida que era, vamos supor, um parente ou um amigo de não sei quem, todos fizeram alguma coisa e ficou na minha cabeça. (Orquídea, comunicação pessoal, 23 setembro, 2021)

Eu fui criada tendo que saber sobreviver, minha mãe apanhava do meu pai desde a minha gravidez... Então eu fui crescendo e vendo ela apanhando... Eu já vi mulher apanhando, pedindo ajuda e ninguém fazia nada. (Tulipa, comunicação pessoal, 26 agosto, 2021)

Esses resultados corroboraram com a perspectiva apontada pelas autoras Moreira e Sousa (2012) que enfatizam o fato de que as relações assimétricas e hierárquicas entre os gêneros permitem o surgimento de relações de dominação, nas quais, majoritariamente, as mulheres assumem o papel estereotipado de subservientes, subalternas e passivas em relação aos homens. Esse contexto é favorável para o surgimento das violências intrafamiliares, sejam elas físicas, sexuais ou psicológicas. Muitas vezes, essas violências são naturalizadas pela família, que compreende, a partir dos contextos relacionais vividos (social, cultural, familiar, religioso...), esse fenômeno da violência como típico das relações familiares, especialmente em um cenário patriarcal de dominação (Carvalho & Melo, 2019).

As narrativas sugerem que a omissão de terceiros perante às violências vivenciadas pelas adolescentes é compreendida por elas, também, como um tipo de violência. Segundo as autoras Carvalho & Melo (2019), há uma tendência ao menosprezo da violência psicológica, especialmente porque a naturalização dessa violência se dá no âmbito das

relações interpessoais, por comumente ocorrer em ambientes privados, a denúncia se torna dificultada. A violência psicológica é caracterizada por qualquer tipo de ação ou omissão que afete negativamente a saúde mental ou física de alguém. As participantes do grupo relatam essas vivências de violência na infância quando eram naturalizadas por elas e pelas suas famílias. Atualmente, elas demonstram criticidade frente ao ocorrido, percebendo diversos tipos de violências que cruzaram suas histórias. Este excerto da narrativa de Peônia representa este sentimento compartilhado por elas:

... o meu avô estava pedindo [ajuda] e aí ele começou a ficar agressivo, falou que ia bater nela e aí meu pai não fez nada. E aí, para mim, é como se meu pai fosse igual meu avô, mas ele nunca foi agressivo, mas pra mim é como se fosse, então eu não tenho muita empatia pelo meu pai. (Peônia, comunicação pessoal, 23 setembro, 2021)

As vivências de violências ainda geram repercussões no âmbito psíquico das adolescentes, mesmo que tenham ocorrido há muitos anos. Ainda há impactos nas participantes, que assumiram posturas distintas para lidar com esses sofrimentos: uma repudia os homens; outras naturalizam as violências; outras não conseguem sentir empatia, entre outros. Esses achados corroboraram com as concepções adotadas pelas autoras Antoni e Koller (2000) que enfatizam que a adolescência pode favorecer os jovens a revelarem e elaborarem as violências vividas, buscando recursos para o enfrentamento dessas situações. A literatura corrobora que, dentre estes recursos, estão a fuga do ambiente familiar, a denúncia e o enfrentamento ao agressor (Magalhães, 2015).

O grupo foi, neste sentido, um espaço em que as adolescentes se sentiram seguras para compartilhar situações muito íntimas que viveram e, no momento da vivência, foram silenciadas. Foi primordial para a intencionalidade terapêutica no grupo a postura de não julgamento e de acolhimento das demandas colocadas pelas adolescentes, especialmente nesta categoria. Muitas das afirmações feitas pelas participantes, como, por exemplo, a do ódio aos homens ou da falta de

empatia pelo genitor, poderiam gerar choque, mas o próprio grupo se acolhia nessas questões, dando espaço e voz para quaisquer narrativas que foram colocadas. Desta forma, foi um espaço avaliado como acolhedor e de escuta ativa e qualificada por e para todas as participantes, assim como propõe Andrade et al. (2020) no planejamento de grupos de adolescentes em um CAPSi do Distrito Federal.

## Corpo Público

Esta categoria foi estabelecida a partir de uma narrativa em comum entre as participantes. As adolescentes explanaram diversas formas nas quais sentem que os seus corpos são de domínio público, como se eles tivessem que satisfazer a terceiros de diversas formas, objetificando, desde muito cedo, as mulheres. Os estereótipos deterministas do ser mulher afetam a todas as adolescentes que participaram do grupo, que expuseram narrativas de desafios relacionados à autoimagem e à autoestima em diversos âmbitos.

É muito difícil a gente deixar de ter aquele padrão feminino... E eu, sempre andava de *skate*, andava com os meninos, ... sempre me julgavam. Só que é uma coisa que você não pode deixar entrar na sua cabeça, porque quando entra na sua cabeça, isso te afeta muito. Eu já passei por muito problema com meu corpo, com meu estilo, com minha voz, com meu cabelo... (Margarida, comunicação pessoal, 21 outubro, 2021)

A narrativa no excerto acima foi muito comum em diversos encontros, explorada por várias participantes. O rompimento com um padrão normativo e estereotipado de gênero feminino como delicado e frágil gerou diversos conflitos para as adolescentes, que tiveram, inclusive, a sexualidade questionada por terceiros apenas por não se identificarem com as expectativas rígidas criadas “para meninas”. Esses achados vão ao encontro da pesquisa feita por Oliveira (2016) na qual se percebe que, apesar de as adolescentes buscarem igualdade e valorizarem mais as semelhanças do que as diferenças entre os gêneros, pensam de uma forma binária. Possivelmente isso ocorre pelo

fato de terem sido ensinadas dessa forma em seus processos de socialização. Conforme os relatos apontaram, apesar de desempenharem atividades que lhes interessassem, as adolescentes mantiveram a perspectiva binária, considerando estas atividades como “masculinas”.

É curioso refletir sobre o sufocamento que esses conflitos podem gerar, já que, como a própria Margarida afirma no trecho acima, uma das formas encontradas para continuar exercendo as experiências ensaísticas, que poderão, ou não, permanecer por longo prazo (Carreteiro, 2010), é a de ignorar o que dizem. Contudo, é comum que as adolescentes que passam a se importar menos com as opiniões de terceiros sejam estigmatizadas como rebeldes (Cerqueira-Santos, Melo & Koller, 2014).

A pesquisa desenvolvida por Conti & Bertolin (2010) constatou que grande parte das adolescentes brasileiras se sentem pressionadas a atingir um padrão de beleza “magro e bonito” e que as mídias reforçam negativamente essa pressão, trazendo repercussões, inclusive, para algumas adolescentes que se consideraram humilhadas, especialmente pela televisão. Há mecanismos de controle sobre os corpos a partir dos padrões de beleza que são impostos pelas mídias e por terceiros, tornando o corpo destas adolescentes público. Desde crianças as participantes do grupo sofrem com comparações constantes com outras adolescentes, assim como pressão externa e interna para se encaixarem em padrões de beleza, muitas vezes, inclusive, inatingíveis. As repercussões dessa insatisfação com a autoimagem abrangem não só a saúde mental, como a saúde física (Copetti & Quiroga, 2018), fato perceptível na narrativa de Peônia:

Eu comecei a ter muita dificuldade em me enxergar... Eu não gostava do meu corpo de jeito nenhum, sempre procurava coisa onde não tinha. E acabou que eu comecei a fazer dieta e pesquisar as calorias dos alimentos e comecei a emagrecer mais e mais. (Peônia, comunicação pessoal, 28 outubro, 2021).

A pesquisa feita por Cardoso (2018) elenca achados interessantes em relação às repercussões desses padrões de beleza rígidos para as adolescentes. As adolescentes relataram

sofrimento para atingir o “corpo perfeito” e, mesmo assim, permanecem insatisfeitas. Neste contexto, buscando atingir a perfeição, surgem diversos procedimentos estéticos, Photoshop, e medicalização destes corpos. Percebe-se que há convergências entre estes dados apresentados e os resultados encontrados no grupo psicossocial, já que, algumas vezes, as adolescentes naturalizaram procedimentos estéticos, muitas vezes invasivos, para se encaixar nos padrões de beleza impostos por terceiros, como é o caso da narrativa de Rosa:

“Sou muito julgada porque falam que eu tenho peito pequeno e eu falo ‘é por isso que existe plástica’” (Rosa, comunicação pessoal, 28 outubro, 2021).

Apesar de muitas participantes do grupo se sentirem afetadas negativamente por padrões de beleza inatingíveis, é interessante perceber que elas procuravam apoiar as outras e que, inclusive, viam nelas características que consideravam positivas. Além disso, ao longo dos encontros, passaram a admirar não apenas as características físicas das mulheres ali presentes, mas também as histórias vividas, a coragem do enfrentamento a adversidades, as formas de se expressar e de estar no mundo. Esses resultados vão ao encontro do estudo elaborado por Sanchez et al. (2018) com um grupo de mulheres idosas que passaram a ressignificar aspectos relacionados aos seus corpos e validar percepções positivas, além de abrir espaço para uma pluralidade de vozes, contribuindo com o fortalecimento das próprias identidades. Em um dos encontros, Rosa, adolescente muito participativa, após ouvir as outras adolescentes e refletir sobre questões de autoimagem, presenteou o grupo com a narrativa a seguir: “Eu vou me olhar no espelho e ver uma menina linda, assim como todas aqui são: lindas, maravilhosas e com uma história linda para contar” (Rosa, comunicação pessoal, 28 outubro, 2021).

Ao longo dos encontros do grupo emergiram estes três temas principais que foram destrinchados e representados pelas falas das adolescentes presentes nesta seção. Estes temas representaram o impacto das questões relacionadas ao gênero feminino na saúde mental das adolescentes, mostrando que as relações de gênero engendradas no patriarcado

marcaram as vivências das participantes. Ademais, por meio dos grupos ficou evidente que é possível aliar práticas psicossociais com recursos de abordagens pós-modernas, pautadas no construcionismo social.

### **Considerações Finais e Limitações**

As relações de poder engendradas em estereótipos binários foram responsáveis, historicamente, por diversas injustiças e violências. Essas relações culminam no cerceamento da construção e elaboração de subjetividades de mulheres, construindo relações de opressão e submissão em diversos sistemas. Este trabalho foi fruto de uma iniciativa que mostrou a importância de ações que tragam criticidade às relações de gênero para as políticas públicas. Admite-se que a erradicação de relações de opressão esteja distante da realidade, mas o intuito é ofertar ferramentas e recursos para romper com este ciclo violento que quando não cala, silencia.

Estes estereótipos binários de gênero alimentam padrões rígidos e deterministas que limitam o afloramento de processos subjetivos na medida em que estabelecem papéis específicos para os gêneros. No caso das mulheres, há a imposição de que assumam posturas passivas e sejam subalternas ao homem; essas características reforçam, inclusive, padrões comportamentais e de imagem corporal.

A mulher que expressa sua subjetividade de formas não normativas é julgada pela sociedade. No caso das adolescentes, a ocorrência de importantes fenômenos que elas vivenciam potencializam o afloramento de novas subjetividades, que não necessariamente estão em um escopo binário, mas, em geral, em um espectro. As adolescentes que exercem a sua subjetividade de formas não normativas, então, podem sofrer opressões tanto sociais quanto familiares. Esses estereótipos, ainda, reforçam padrões de beleza impostos que são pouco heterogêneos.

Percebe-se que a existência de movimentos sociais amplos que fazem oposição a fenômenos como os estereótipos binários e naturalização da violência são fundamentais para o combate a esses contextos, que podem ser violentos, já que trazem luz a situações que poderiam não ser problematizadas

pelo sistema familiar. Contudo, trazer luz não é o suficiente, visto que as violências e opressões podem gerar repercussões em diversas esferas da vida da pessoa que as sofreu, inclusive na saúde mental. Sendo assim, é imprescindível que as pessoas que sofrem ou sofreram violências tenham acesso aos serviços assistenciais especializados com profissionais capacitados, de forma que elas encontrem espaço de amparo e acolhimento. Neste estudo constatou-se que estes espaços podem auxiliar na função de combate à perpetuação dessas violências, bem como espaço dialógico promotor de saúde.

No escopo das políticas públicas em saúde mental infantojuvenil no Distrito Federal, há dispositivos específicos para dar seguimento ambulatorial e psicossocial a diversos tipos de violências. Contudo, muitas vezes, percebe-se que em outros dispositivos da rede de saúde, como por exemplo nos CAPS, há pouco espaço que favoreça a expressão dos processos subjetivos do se entender como mulher e suas diversas intersecções (raça, orientação sexual, identidade de gênero, vulnerabilidades...).

Esta pesquisa propôs ouvir as adolescentes participantes, objetivando que elas pudessem ser protagonistas nas intervenções, propiciando um espaço de acolhimento, escuta ativa e qualificada e senso de pertencimento, além de estreitamento de laços sociais. A metodologia do grupo foi construída levando-se em consideração proposições das Práticas Colaborativas Dialógicas e Terapia Narrativa.

Pode-se considerar que as adolescentes aderiram à intervenção, especialmente considerando o contexto pandêmico de adoecimentos e precauções. Todas as adolescentes avaliaram o grupo como positivo e foi nítida a importância do grupo para o enfrentamento dos quadros de saúde mental, inclusive, algumas delas com indicação para alta do serviço de atenção psicossocial. Algumas participantes do grupo fizeram bom vínculo entre si e se apoiam sempre que precisam, inclusive em espaços extra CAPSi. As profissionais mediadoras do grupo e alguns membros da equipe do serviço também reconheceram a intervenção como positiva, no sentido de que aproximou as adolescentes do serviço em um momento de grande instabilidade com a pandemia e

proporcionou espaço de fala para as participantes.

A avaliação positiva por parte das usuárias e das profissionais evidencia a importância de espaços substitutivos aos modelos asilares no SUS, os quais a Reforma Psiquiátrica se contrapõe. Contudo, levanta a reflexão de que a avaliação pode ter sido tão positiva justamente pela dificuldade que estes serviços substitutivos têm em subsistir se contrapondo ao modelo asilar, já que recortes e temas importantes como estes nem sempre são abordados. A partir dessa visão procura-se expandir a reflexão sobre a própria oferta de intervenções e ações de orientação psicossocial dentro dos próprios CAPS, como o estabelecimento de grupos que sejam de real interesse aos usuários, considerando o contexto sócio-político cultural que vivem (Costa et al., 2015).

Em relação às limitações desta pesquisa, pode-se elencar as gravações de áudio, já que houve alguns trechos inaudíveis. Sugere-se, para uma pesquisa futura, a gravação com mais dispositivos. Além disso, a limitação dos cuidados necessários para a prevenção da Covid-19 fez com que o grupo fosse reduzido. Para pesquisas futuras, sugere-se grupos com mais participantes, que de fato sejam ações com intencionalidade e considerem os interesses público-alvo.

Ao longo dos encontros do grupo, as profissionais de saúde que conduziram os encontros do grupo se sentiram impactadas com os temas e relatos, já que é impossível desvincular as próprias vivências que tiveram ao longo de sua trajetória, não apenas como profissionais, mas, também, como mulheres. As mobilizações com os relatos vieram a partir da percepção de que todas experienciaram situações próximas às relatadas, se não com elas próprias, com mulheres próximas. Manejar um grupo com temas que foram tão sensíveis, sem dúvidas, retomou memórias e sentimentos. Esses sentimentos transitaram por elas de diversas formas, ora com indignação, ora com tristeza, ora com sensação de impotência, ora com angústia. Neste grupo as mulheres não foram apenas parceiras conversacionais. Elas foram cúmplices.

É inviável abordar questões de gênero sem compreendê-las dentro de um contexto relacional, nas quais há diversos sistemas intrinsecamente

relevantes: político, social, cultural, histórico e econômico (Campos & Zanella, 2016). As intervenções contidas neste artigo foram feitas à luz do construcionismo social, de forma que haja uma compreensão mais complexa desses fenômenos e suas especificidades.

## Referências

- Amarante, P., & Nunes, M. O. (2018). A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. *Ciência & Saúde Coletiva [online]*, 23(6), 2067-2074. DOI:10.1590/1413-81232018236.07082018
- Anderson, H. (2016). Algumas considerações sobre o convite ao diálogo. *nova perspectiva sistêmica*, 25(56), 49-54.
- Anderson, H. (2017). Diálogo: pessoas criando significados umas com as outras e encontrando maneiras de continuar. In M. Grandesso (Org.), *Práticas colaborativas e dialógicas em distintos contextos e populações: um diálogo entre teorias e práticas* (pp. 93-103). CRV.
- Andrade, L., Mauch, A., Costa, J., Silva, K., Almeida, L., Araújo, S., Souza, S., Nunes, T., & Souza, V. (2020). A utilização das redes sociais digitais no cuidado psicossocial infantojuvenil, diante da pandemia por Covid-19. *Health Residencies Journal*, 1(2), 44-61. DOI: 10.51723/hrj.v1i2.12
- Antoni, C., & Koller, S. H. (2000). A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 5(2), 347-381. DOI: 10.1590/S1413-294X2000000200004
- Butler, J. (2003). *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Campos, G. W. D. S. (2000). Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(2), 219-230. DOI: 10.1590/S1413-81232000000200002
- Campos, I. O. (2015). *Saúde mental e gênero em um CAPS II de Brasília: Condições sociais, sintomas, diagnósticos e sofrimento psíquico* [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília].

- Campos, I., & Zanello, V. (2016). Saúde mental e gênero: o sofrimento psíquico e a invisibilidade das violências. *Vivência: Revista de Antropologia*, 1(48), 105-117. DOI:10.21680/2238-6 009.2016v1n48ID11505
- Cardoso, J. (2018). *Implicações padrão Barbie: sentidos que meninas adolescentes atribuem aos padrões de estética e idealização do corpo* [Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, Universidade do Sul de Santa Catarina].
- Carreiro, T. (2010). Adolescências e experimentações possíveis. In M. Marra, & L. Costa (Orgs.), *Temas da clínica do adolescente e da família* (pp. 15-24). Ágora.
- Carvalho, J. B., & Melo, M. C. (2019). A família e os papéis de gênero na adolescência. *Psicologia & Sociedade*, 31, 1-14. DOI: 10.1590/1807-0310/2019v311168505.
- Carvalho, A. C. N.; Amparo, D. M., & Nogueira, R. N. (2019). O grupo de escuta como um dispositivo clínico em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II). *Psicologia Clínica*, 31(1) 123-143. DOI: 10.1590/S1413-81232010000400023.
- Cavalcante, R. B., Calixto, P., & Pinheiro, M. M. K. (2014). Análise de conteúdo na modalidade temática: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Informação & sociedade: estudos*, 24(1), 13-18.
- Cerqueira-Santos, E., Melo, O. C., & Koller, S. H. (2014). Adolescentes e adolescências. In L. F. Habigzang, E. Diniz, & S. H. Koller (Orgs.), *Trabalhando com adolescentes: teoria e intervenção psicológica* (pp. 17-29). Artmed.
- Constituição (1988, 5 de outubro). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Senado.
- Conti, M. A., Bertolin, M. N. T., & Peres, S. V. (2010). A mídia e o corpo: o que o jovem tem a dizer?. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(4), 2095-2103. DOI: 10.1590/S1413-8123201000040002
- Copetti, A. V. S., & Quiroga, C. V. (2018). A influência da mídia nos transtornos alimentares e na autoimagem em adolescentes. *Revista de Psicologia da IMED*, 10(2), 161-177. DOI: 10.18256/2175-5027.2018.v10i2.2664
- Costa, P. H. A. D., Colugnati, F. A. B., & Ronzani, T. M. (2015). Avaliação de serviços em saúde mental no Brasil: revisão sistemática da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(10), 3243-3253.
- Giacometti-Rocha, E., & Mill, D. (2018). Análise em gênero, educação e tecnologias nas preferências e percepção de adolescentes em acesso à internet. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(2), 569- 587. DOI: 10.12957/epp.2018.38813
- Gonzaga, D. K., & Guanes-Lorenzi, C. G. (2019). Práticas colaborativas para intervenção em grupo com adolescentes e profissionais de saúde sobre sexualidade. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 28(65), 82-97. DOI: 10.38034/nps.v28i65.539
- Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. (2001). Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. *Diário Oficial da União*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm)
- Lima, E. F. (2018). *Negritudes, adolescências e afetividades: experiências afetivo-sexuais de adolescentes negras de uma periferia da cidade de São Paulo* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado de São Paulo].
- Lion, C. M. (2017). Caminhando no contexto das práticas colaborativas e narrativas: experiências profissionais transformadas. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 26(57), 21-36.
- Lordello, S. R., & Costa, L. F. (2013). A metodologia qualitativa no estudo do abuso sexual intrafamiliar. *Revista Psicologia e Saúde*, 5(2), 127-135.
- Lordello, S. R., & Mauch, A. G. D. (2020). Psicoterapia de adolescentes e jovens: práticas dialógicas e terapia narrativista como dispositivos clínicos. In D. M. Amparo, R. A. Morais, K. T. Brasil, & E. R. Lazzarini, *Adolescência psicoterapias e mediações terapêuticas na clínica dos extremos* (pp. 425-437). Technopolitk.
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação*. Vozes.

- Macedo, E. O. S., & Carvalho, A. S. A. V. (2019). O atendimento psicológico ao adolescente e o caráter terapêutico da orientação de pais: estudo de caso em terapia sistêmica individual. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 28(64), 61-81. DOI: 10.21452/2594-43632019v28n64a05
- Magalhães, J. R. F. D. (2015). *Violência intrafamiliar: história oral de adolescentes* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia].
- Mayorga, C., Coura, A., Miralles, N., & Cunha, V. M. (2013). As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. *Estudos Feministas*, 21(2), 463-484. DOI: 10.1590/S0104-026X2013000200003
- McNamee S. (2018). Profissionais como pessoas: encontros dialógicos para a transformação. In M. A. Grandesso (Org.), *Colaboração e diálogo: aportes teóricos e possibilidades práticas* (pp. 75-95). CRV.
- Minayo, M. C. D. S. (2007). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. HUCITEC.
- Moreira, M. I. C., & Sousa, S. M. G. (2012). Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. *O Social em Questão*, 28, 13-25. ISSN: 2238-9091
- Morgan, A. (2017). *O que é terapia narrativa?* Centro de Estudos e Práticas Narrativas.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2004). Famílias, gêneros e violências: desvelando as tramas da transmissão transgeracional da violência de gênero. In M. N. Strey, M. P. R. Azambuja, & F. P. Jaeger, *Violência, gênero e políticas públicas* (pp. 149-176). EDIPUCRS.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, 11(3), 647-654. DOI: 10.1590/S1413-73722006000300021
- Oliveira, M. D. S. (2016). *Ser menina: um olhar bioecológico para o gênero feminino na infância e na adolescência* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].
- Queiroz, I. S., & Prado, M. A. M. (2018). Pesquisa narrativa com mulheres que usam drogas: uma experiência etnográfica feminista. *Psicologia USP*, 29(2), 226-235. DOI: 10.1590/0103-656420170102
- Rasera, E. F., & Japur, M. (2004). Desafios da aproximação do construcionismo social ao campo da psicoterapia. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9(3), 431-439.
- Rodriguez, S. N., & Damásio, B. F. (2014). Desenvolvimento da identidade e sentido de vida na adolescência. In L. F. Habgzang, E. Diniz, & S. H. Koller, *Trabalhando com adolescentes* (pp. 30-41). Artmed.
- Sanchez, L. P., Ávila, M. R., & Castañeda, G. (2018). Sororidade: fio que entrelaça histórias de resistência coletiva perante a velhice e o corpo feminino. *Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social*, 6(Supl. 1), 386-393. DOI: 10.18554/refacs.v6i0.2400
- Senna, S. R. C. M., & Dessen, M. A. (2015). Reflexões sobre a saúde do adolescente brasileiro. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 16(2), 223-235. DOI: 10.15309/15psd160208
- Shimoguiri, A. F. D. T., & Serralvo, F. S. (2017). A importância da abordagem familiar na atenção psicossocial: um relato de experiência. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 26(57), 69-84.
- Sousa, P. S. M. (2020). *Adolescência e atos autoagressivos: o grupo da diversidade como dispositivo de cuidado em saúde mental* [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília].
- Tilio, R. (2014). Teorias de gênero: principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas. *Revista Gênero*, 14(2), pp.125-147. DOI: <https://doi.org/10.22409/rg.v14i2.626>
- Zanello, V., Fiuza, G., & Costa, H. S. (2015). Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. *Fractal*, 27(3), 238-246. DOI: 10.1590/1984-0292/1483.

